

Porto, Paranhos e os Bairros Económicos – Um património e uma memória histórica em risco?

Amândio Barros¹

Carla Ribeiro²

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Universidade do Porto

RESUMO

O Programa dos Bairros Económicos do Estado Novo português, inspirado nas cidades-jardim europeias do início do século XX, deixou marcas profundas em várias cidades. Entre elas, o Porto. É nesta cidade, e nas suas casas económicas, que centramos este artigo, com foco no Bairro Económico de Paranhos. Fazendo o seu estudo do ponto de vista histórico, procuramos compreender como é que o crescimento dos espaços onde estes bairros foram construídos, entre os anos 1930 e 1970, contribuiu para a mudança do sentido de identidade desses lugares, como modificou esta paisagem cultural e, reflectindo criticamente, como colocou em causa, em risco, não apenas a memória, histórica e colectiva, a eles associada, mas também os elementos físicos do espaço, que entendemos como Património.

Palavras-chave: Bairros Económicos; Património; Memória histórica; Porto; Paisagem cultural.

ABSTRACT

The Affordable Houses Programme of the Portuguese Estado Novo, inspired by the European garden-cities of the early twentieth century, left a deep mark in several cities, including Porto. It is in this city, and in its economic residences, that this article is centred, focusing on the Bairro Económico de Paranhos. Making its study from a historical point of view, we seek to understand how the growth of the spaces where these neighbourhoods were built, between the 1930s and 1960s, induced a change in the sense of identity of these places, how it modified this cultural landscape and, reflecting critically, how it put at risk not only the memory, historical and collective, associated to them, but also the physical elements of space, which we understand as Cultural Heritage.

Keywords: Affordable houses; Heritage; Historical memory; Porto; Cultural landscape.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a cidade do Porto assiste a dois fenómenos contraditórios. Por um lado, a perda de população faz verter para as periferias um número significativo de habitantes, ‘empurrados’ pelo aumento do custo de vida urbano. Por outro, verifica-se uma pressão grande sobre os espaços outrora descentrados e ocupados por bairros operários ou de classes médias, cujas casas, muitas vezes devolutas, se encontram disponíveis para quem as possa adquirir: normalmente jovens-adultos, com poder de compra aumentado pelo facto de desempenharem funções em serviços públicos ou em profissões liberais. Nestes bairros, agora bem localizados graças ao desenvolvimento da rede de transportes, e perto de polos de actividades, tornou-se possível morar na cidade sem o custo da centralidade.

¹ Endereço de contacto: amandiobarros@hotmail.com

² Endereço de contacto: carlaribeiro@ese.ipp.pt

As alterações que os velhos espaços têm sofrido contribuíram para uma mudança identitária, considerando que a história destes lugares

é narrada muitas vezes pelos elementos físicos do espaço. As azinhagas, os largos, as ruas, os edifícios e a toponímia são elementos que integram uma narrativa alargada, fazendo parte de uma paisagem cultural [...], refletindo-se na sua identidade e na sua memória coletiva. (Nicolau, 2012, p. 33)

Neste sentido, o bairro é uma das unidades-chave da cidade e, no caso do Porto, e de outras cidades, parte intrínseca da sua identidade. O entendimento costumeiro do bairro como espaço de vida colectiva e comunal, de redes de relações e de interações sociais baseadas na proximidade e na vizinhança confronta-se com as alterações urbanas que ocorrem a um ritmo acelerado: o bairro é agora lugar revelador de novas práticas e novas formas de interação, física e social.

Se é certo que a realidade portuense tem mostrado esta tendência, o facto é que, um pouco por todo o espaço urbano nacional, esse património dos bairros é hoje um património em risco. Neste texto interessam-nos principalmente os bairros económicos, mandados edificar pelo Estado Novo a partir da década de 1930. Centrar-nos-emos no exemplo do bairro de Paranhos, embora por aqui passem outros bairros da cidade e do país.

Como dissemos, cremos que o património dos bairros económicos é um património em risco. Desde logo, porque tem uma origem associada ao Estado Novo. E, de algum tempo a esta parte, há uma tendência para ‘higienizar’ aquilo que é politicamente indesejado e incómodo. Não é este o nosso entendimento. Acreditamos que deve ser precisamente o contrário: que devemos encontrar forma de este património ser preservado, pois está em causa a memória histórica: estes bairros incorporam de alguma forma um sentido de história, de um tempo, das famílias que neles viveram e do que com eles se procurou fazer.

Isto remete para aquela que consideramos ser uma segunda ‘ameaça’: a identidade destes bairros. Posta em causa por novas gerações, com recursos, que neles se instalam, onde estabelecem modelos de vida modernos, transformando-os irremediavelmente. O conceito de gentrificação traduz os processos de mudança das paisagens urbanas, dos usos e significados de zonas antigas ou populares, alterados quando passam a atrair moradores de rendimentos mais elevados (Alcântara, 2018), adequando-se, portanto, ao assunto aqui em estudo.

Preocupamo-nos, pois, com aquilo que nos parece ser, com frequência e de forma acentuada, uma perda da memória colectiva, que significa, também, a perda da memória histórica. É dela, e do património que a materializa, que trata este artigo. Como foi dito, usaremos como exemplo o bairro de Paranhos para reflectir sobre estas questões. Procuraremos percebê-lo historicamente, encontrar a sua natureza inicial, o seu significado e a sua evolução. Enfim, tentaremos descrever o seu estado actual, entender as razões das mudanças que se vêm operando neste núcleo habitacional e, com elas, o que resta, o que está em perigo, o que já desapareceu e não pode ser recuperado.

2. As cidades-jardim como modelo

Na viragem do século XIX para o século XX, os problemas decorrentes do êxodo rural e do crescimento desordenado das cidades puseram na ordem do dia, em diversos países europeus, a questão da habitação, em particular para as camadas mais pobres e com menos recursos.

A resposta dada pelos Estados nas décadas de 1920 e 1930 não foi sempre a mesma. Variou de acordo com um conjunto de factores, nomeadamente a orientação política dos regimes no poder. Interessam-nos os de tipo autoritário e ditatorial, pelas suas semelhanças com o Estado Novo português. Nas suas políticas habitacionais, pretenderam reorganizar espacialmente a cidade. E o modelo que seguiram, bastante

modificado face à concepção original, foi o da cidade-jardim de Ebenezer Howard, que pretendia criar uma espécie de comunidade autónoma cercada por uma cintura verde, um meio-termo entre campo e cidade³. Essa concepção foi aplicada em Itália na década de 1920, e o caso mais paradigmático foi o da Cidade-Jardim de Aniene, edificada em 150 hectares, a nordeste de Roma, pelo Istituto per le Case Popolari. Fizeram-se 500 casas de pequena dimensão, de dois ou três pisos, com um jardim, áreas para desporto e espaços verdes. No bairro havia uma igreja (obra monumental do arquitecto do ‘bairro’, Gustavo Gionannoni), uma escola, um posto de correios, um cinema, lojas e um pequeno parque. Ligava-se ao resto da cidade por uma ponte e várias linhas de eléctrico (Bodenschatz, 2017). Esta política foi, contudo, abandonada na década seguinte, com o desenvolvimento da habitação pública em Roma a concentrar-se em bairros urbanos compactos construídos em altura. Nos anos 1930, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas também lidou com o problema. A ortodoxia estalinista rejeitou a ideia de habitação colectiva resultante das experiências modernistas dos anos 20, considerando-as como reflexo da mentalidade burguesa, optando por habitações unifamiliares, usando modelos arquitectónicos tradicionais e vernaculares. Outro exemplo ainda: em Langenhorn, Hamburgo, entre 1935 e 1941, o regime nazi construiu 152 moradias para os trabalhadores da fábrica de munições Deutsche Messapparate GmbH, com risco de Paul Alfred Richter, recorrendo ao demótico e a um estilo regionalista que procurava recordar aos funcionários a sua região de origem (Glendinning, 2021).

Figura 1. Rua Essen, Schwarzwald-Siedlung, Hamburgo: casas construídas para os trabalhadores da fábrica de armamento Deutsche Messapparate GmbH (Messap) na década de 1930



Entre nós, o planeamento urbanístico e habitacional do Estado Novo foi eclético, servindo-se de ‘apontamentos’ conceptuais diversos, desde as experiências residenciais inglesas e holandesas, às italianas e alemãs e ao modelo da cidade-jardim (Ferreira, 2012). Foi neste último que o regime encontrou a maior inspiração para a construção de boa parte do seu Programa de Bairros Económicos.

³ Ver as obras de Howard *To-morrow, a Peaceful Path to Real Reform* (1898) e *Garden Cities of Tomorrow* (1902). Howard esteve na fundação, em 1899, da Garden Cities Association, centrada na divulgação do modelo e sua concretização no planeamento urbanístico europeu.

3. O Programa das Casas Económicas

1933 foi o ano ‘inaugural’ de uma nova ditadura em Portugal, o Estado Novo, que pôs fim aos quase sete anos da ditadura militar que substituíra a I República. Evocámos 1933 porque se tratou de um ano marcante: o da nova constituição. Aprovada por plebiscito, em 19 de Março, e promulgada a 9 de Abril de 1933. Diploma que instituiu, para todos os efeitos, uma ditadura do Executivo e uma ditadura do Presidente do Conselho. A constituição era a ‘pedra de toque’ para a ‘febre’ legislativa que com ela se iniciava. Dos vários diplomas publicados, destacamos o que autoriza o Governo a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do Estado. E, porque se liga intimamente a este tema, assinala-se a criação, em Setembro desse ano, do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), organismo de propaganda do regime, ao qual voltaremos.

Importa evidenciar uma ideia estruturante: a do Estado Novo como um regime paternalista, moralmente conservador, logo regulador e modelador de todas as áreas da vida pública e, mesmo, privada. Assim, os planos urbanísticos e habitacionais não deixariam de ser concebidos por essa regulação estatal.

As carências habitacionais em Portugal eram história antiga. Em particular nas cidades, fruto do êxodo rural do século XIX, que trouxe para o meio urbano grupos de novos moradores com rendimentos muito reduzidos. Porém, raramente promover iniciativas para pobres significou retorno financeiro. Deste modo, tornou-se claro, desde cedo, que o investimento privado teria de ser compensado, ou substituído, pelo investimento público, determinando a intervenção directa do Estado. E assim surgiu o Programa das Casas Económicas⁴, abrangendo todo o país, promovendo a construção de casas unifamiliares em bairros de pequena e média dimensão localizados em espaços urbanos periféricos, pouco urbanizados. O programa dependia da Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social⁵.

As casas traduziam o programa político do regime. Em termos arquitectónicos, porque se aproximavam da ideia da “Casa Portuguesa”, materializando ideais ruralistas. Nem de propósito, um dos arquitectos que colaborou na elaboração dos projectos-tipo das habitações foi Raul Lino. A ele se juntaram nomes como o de Carlos Rebelo de Andrade e Rogério de Azevedo, arquitectos que têm parte significativa da sua obra enquadrada pelo Estado Novo e pelo estilo conservador dominante nas décadas de 1930 e 1940, oficiosamente designado “Português Suave”, caracterizado por formas arquitectónicas historicistas, tradicionais e regionalistas.

A opção por lares independentes, em detrimento da construção em altura, tinha um sentido ideológico bem definido, mas que não era novo, prosseguindo antes ideias da I República. Procurava-se “um ideal de *aldeia urbana*” (Ferreira, 2012, p. 51)⁶. Porque a aldeia era, por excelência, o ‘território’ da família. Erguer pequenas ‘aldeias’ na cidade era, assim, garantia de defesa desse pilar do regime. O próprio discurso de Salazar no Palácio da Bolsa, em 1935, no arranque da construção do primeiro dos bairros económicos lançados no Porto, no lugar do Ilhéu, em S. Roque da Lameira, deixava clara esta ideia, ao celebrar a casa económica como a “casa dos mais pobres, casa salubre, independente, ajeitada como um ninho” (citado por Almeida, 2010, p. 31-32).

Desta forma, entre 1933 e 1972, altura em que foi abandonado, o Programa das Casas Económicas construiu mais de 15 mil fogos, no continente e nos Açores, distribuídos por 73 bairros, de dimensões variáveis. De acordo com a legislação de 1933, inicialmente existiam apenas dois modelos de casas, as de classe A, de um só piso, com três tipos de disposição interior, consoante o número de quartos, e as de classe B, de dois pisos, com duas salas e um *hall* e, por vezes, cave. Em 1943⁷, surgiram mais dois modelos, as de classe C e D, igualmente com três tipos, com melhores acabamentos e áreas mais espaçosas, destinadas a famílias com rendimentos mais elevados (Almeida, 2011).

⁴ Pelo Decreto-Lei nº 23 052, de 23 de Setembro de 1933.

⁵ Para uma leitura diacrónica dos programas habitacionais do Estado Novo, e em particular as casas económicas, ver Santos & Brito (2019).

⁶ Importa corrigir a ideia, deturpada, de que o Estado Novo procedeu a um ‘corte’ com o passado republicano: na realidade, muitas iniciativas, mas também concepções da I República foram continuadas depois de 1926, por vezes pelos mesmos protagonistas.

⁷ Pelo Decreto-Lei nº 33 278, de 24 de Novembro de 1943.

Estas mudanças reflectiram as alterações da conjuntura internacional, adivinhando-se o fim da II Guerra Mundial e a vitória das democracias, obrigando a ajustes internos:

The investment in Affordable Houses in that moment and the transformations in the Programme, proved simultaneously that not only was it distancing itself more and more from the small salaries of the working class, but that also the new middle-class was going to be a harder class to tame than was initially supposed. (Silva & Ramos, 2015, p. 276)

Desta forma, se até 1942 cerca de 80% das casas construídas pertenciam à classe A, as mais modestas, nos últimos anos do Programa predominavam as de classe C e D (Cardoso, 2009).

Oficialmente, o objectivo do programa era dar às pessoas um lugar para residir, trabalhar e recrear-se, dar-lhes o gosto de ter casa própria, erradicando as enxovias urbanas, acabando com a insalubridade e a promiscuidade. Por isso, para os novos bairros escolheram-se áreas localizadas na periferia urbana, de cariz rural, alvo de expropriações pelas câmaras municipais. Os lotes associavam-se em banda, formando quarteirões, com uma planta ortogonal; eram repartidos por arruamentos interiores, e apoiavam-se numa ou duas ruas principais; no ponto de cruzamento destas ruas formava-se uma pequena praça ou largo, normalmente um espaço verde.

Figura 2. Bairro de Casas Económicas do Ilhéu, Porto



Esta era uma concepção orgânica: nos bairros (ou perto deles) havia equipamentos sociais, como lojas de produtos de primeira necessidade, jardins infantis, postos médicos, capelas ou igrejas e escolas primárias. Ou seja, equipar deste modo os bairros significava concretizar a ideia de estruturar, em cada um, uma pequena comunidade autónoma.

Voltemos a uma questão essencial. A quem se destinavam estas casas? Segundo o documento fundador do Programa, a chefes de família entre os 21 e os 40 anos, “empregados, operários ou outros assalariados membros dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis e militares, e operários dos quadros permanentes de serviços do Estado e câmaras municipais” (Decreto-Lei nº 23 052, 1933). Como se vê, um sector intermédio que constituía a base de apoio do regime, “mais ou menos letrado, moderador da radicalidade política e social, tendencialmente conservador” (Almeida, 2011, p. 512). Ao contrário do esperado, não eram para os mais desfavorecidos⁸. Mais: tratava-se daqueles que eram considerados idóneos

⁸ Apenas em 1956 surge uma nova classe de casa, a “a”, destinada a trabalhadores com recursos modestos, quando comparados com os que ocupavam as casas da classe A, a mais humilde, nos bairros económicos (Almeida, 2010).

moral e politicamente, um dos mais importantes critérios de seriação dos candidatos, atestado pelos sindicatos nacionais ou pelo chefe de serviço do candidato, no caso dos funcionários públicos. Com tudo o que isso significava de exercício de pequenos poderes, tensão social e controlo delegado pelo Estado. A conclusão é clara: o regime compensava quem o apoiava.

Ao comportamento moral (e social) exemplar, somava-se a capacidade económica dos candidatos, dependente da estabilidade laboral. A casa era 'dada' a quem pudesse pagar; e os salários do agregado familiar e regularidade do emprego do chefe de família passaram a ser critérios fundamentais. Tal justifica-se pelo facto de estas casas terem um sistema de renda resolúvel e a posse, no futuro, passar para os moradores, que se comprometiam a proceder à amortização através de pagamentos em prestações, ao longo de 25 anos. Por esse motivo, também se compreende que a idade fosse igualmente um critério, dando-se preferência aos candidatos mais novos⁹.

Em suma, mais do que a promoção de melhores condições habitacionais para os mais necessitados – relembre-se que o discurso de Salazar na Bolsa tinha sublinhado a importância do programa para a dignificação das condições de existência dos “mais pobres” –, o Programa das Casas Económicas foi uma “arma política” (Almeida, 2011, p. 512) utilizada como parte da construção do Estado Novo, configurando um modo de vida conforme aos princípios ideológicos do regime.

Esta ideia dos bairros como expressão da propaganda do regime, e da sua própria reprodução ideológica, sai reforçada quando falamos da gestão da sua vida colectiva, da figura dos fiscais e das comissões de fiscalização.

O fiscal, que por norma vivia numa das casas do bairro, era responsável pela gestão do pagamento das prestações mensais, era ‘inspetor do bom gosto’, verificando as intervenções dos moradores nas casas e logradouros e, em conjunto com as autoridades policiais, estava incumbido de zelar pela manutenção da ordem moral e política do bairro (Pereira et al., 2018).

A verdadeira fiscalização, contudo, surgirá a partir de 1943, com as comissões. Reunindo representantes do Estado e dos municípios, deviam acompanhar os processos de obras nos bairros, “velar pela conservação da unidade estética [e] das condições estéticas e sanitárias de cada moradia”, controlar as “condições morais e sociais dos moradores-adquirentes”, através de ficheiros-cadastro para cada morador e, sem surpresa, garantir “a perfeita integração dos agrupamentos de casas económicas no espírito que orienta a política do Governo” (Decreto-Lei nº 33 278, 1943).

Quanto aos moradores, a capacidade decisória no bairro estava-lhes vedada, e eram apenas encorajados a participar no que interessava à ordem estabelecida: nas actividades de ocupação dos tempos livres das instituições locais de enquadramento e na denúncia de situações não conformes.

De tudo isto resultava, portanto, uma hierarquia de poderes nos bairros, assente na diferenciação social, que garantiria uma ordeira convivência, instituindo uma “relação de cariz paternalista apoiada num intenso trabalho de vigilância moral com contornos inevitavelmente políticos” (Pereira et al., 2018, p. 98).

4. Os Bairros Económicos do Porto

Entre 1935 e 1965, o Porto mudou. Desde a primeira data, houve uma afluência muito grande de gentes do Norte à cidade, às indústrias e ao trabalho.

Em termos habitacionais, foram construídos 12 bairros económicos, em três fases distintas, correspondendo a 2378 casas (Almeida, 2010), a saber: bairros do Ilhéu (1935), das Condominhas (1937), do Amial (1938), da Azenha, Paranhos e Ramalde (1939), de Costa Cabral e S. Roque da Lameira (1942), de Gomes da Costa (1950), de António Aroso e da Vilarinha (1958) e o bairro do Viso (1965), o único em altura. A partir de 1938, verificou-se uma alteração de paradigma. O Estado limitou o investimento na construção de casas económicas, procurando atrair o capital privado, das instituições e previdência social e dos organismos corporativos (Matos, 1994).

As moradias eram geminadas, duas a duas, quatro a quatro ou em banda, em grupos de seis a dez; tinham quintal nas traseiras e um jardim/logradouro na dianteira. Foram construídas em alvenaria e alvenaria mista, com

⁹ O último critério era a composição da família, dando-se prioridade às famílias numerosas.

telhados de duas a quatro águas com beirais, armação de madeira e telha; as paredes interiores eram rebocadas ou estucadas, com tectos em estuque e caixilharia em madeira (Pereira et al., 2018).

Figuras 3 e 4. Panorâmica dos bairros de Casas Económicas da Azenha (esq.) e de Costa Cabral (dir.), Porto



Eram habitadas maioritariamente por famílias com fortes laços com a cidade: funcionários públicos da Administração Central, Forças Armadas e Forças Policiais, assalariados do sector terciário, em particular das grandes empresas protegidas pelo Estado, da banca e seguros, membros das profissões liberais da máquina estatal, como médicos, professores e engenheiros e, por fim, nas profissões menos especializadas, homens com ligações expressas à Legião ou à Mocidade Portuguesa (Pereira et al., 2018). Fernando Rosas define-os como sendo o “lastro estabilizador do regime” (1995, p. 337).

A construção dos bairros foi também uma oportunidade de reforçar os laços simbólicos dos seus moradores com o país. Numa demonstração clara de um espírito nacionalista, centrado numa ruralidade idealizada, os nomes das ruas dos bairros evocavam elementos característicos de Portugal: flores (Ilhéu e Amial), árvores (Ramalde), rios (Paranhos), praias (Condominhas), ilhas do Império Português (Azenha), concelhos do distrito do Porto e Douro Litoral (Vilarinha e António Aroso), freguesias de Lisboa (Costa Cabral) e momentos da história nacional e da igreja católica (Gomes da Costa, Viso e S. Roque da Lameira). Novamente: esta tendência não era totalmente inédita, datando da I República a construção da colónia operária Estêvão de Vasconcelos (1914), perto do Carvalhido, ornada com nomes de castelos portugueses.

A esta tendência nacionalizante devem juntar-se as iniciativas levadas a cabo através da *Campanha do Bom Gosto*, lançada pelo SPN¹⁰ em 1940, enquadrada na *Política do Espírito*¹¹ gizada por este organismo, parte de um programa de intervenção na sociedade, cultura e artes reveladora de uma leitura político-ideológica conforme aos valores do regime. Para o seu teorizador António Ferro, que dirigia o organismo e se autodefinia como modernista e vanguardista, “a civilização de cada povo mede-se ao primeiro olhar, tal qual se avaliam os homens por certos aspectos exteriores” (Ferro, 1938, p. 1).

A *Campanha do Bom Gosto* foi, pois, a tentativa de aprimoramento dos padrões estéticos da sociedade através de uma intervenção que abrangia espaços diversos – hotéis, restaurantes, lojas, jardins, edifícios públicos e repartições do Estado –, aspectos exteriores do enquadramento da arquitectura, estradas, estações de caminho de ferro, estendendo-se às artes gráficas e ao design. Para Margarida Acciaiuoli, este “foi o momento em que, por razões que se justificavam com a renovação da imagem de Portugal, se realizou o mais subtil exercício de poder de que há memória na nossa História recente, [criando] o país de Bilhete

¹⁰ Organismo directamente dependente da Presidência do Conselho, um dos alicerces institucionais da política de informação e propaganda do novo regime, ao serviço do enquadramento político-ideológico dos *media* e das actividades culturais. Passou a Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo em 1944 e em 1968 transformou-se em Secretaria de Estado de Informação e Turismo (Ribeiro, 2014).

¹¹ Programa de fomento cultural, altamente politizado, para instaurar um novo paradigma estético para o país e a criação de uma arte nacionalista, seguindo o exemplo de países como a Itália, a Alemanha e a Rússia (Ribeiro, 2017).

Postal de que o poder tinha necessidade. (2008, p. 17 e 19). O seu corolário foi a *mise-en-scène* do país, criando “uma fachada impecável de bom gosto” (Ferro, 1943, p. 23)¹².

O Secretariado tinha uma delegação no Porto desde 1945, dirigida por António Maria Pinheiro Torres, advogado, responsável pela execução das directrizes do trabalho do Secretariado em todo o norte do país, a partir da cidade invicta, cruzada do ‘bom gosto’ incluída.

Um dos melhores e mais elucidativos exemplos da imposição de uma determinada ideia de nação e da promoção da adesão popular para com o Estado Novo e os seus ideais, padrões estéticos incluídos, foi o concurso de jardins para os bairros económicos do Porto, integrado na programação do Maio Florido¹³, iniciativa do Secretariado. Apresentado no *Diário de Notícias*, o certame assumia como desígnio “o embelezamento da casa e o culto da flor” (1947, p. 5).

Figura 5. Atribuição dos prémios "arranjo do lar", Bairro de Casas Económicas de Viana do Castelo



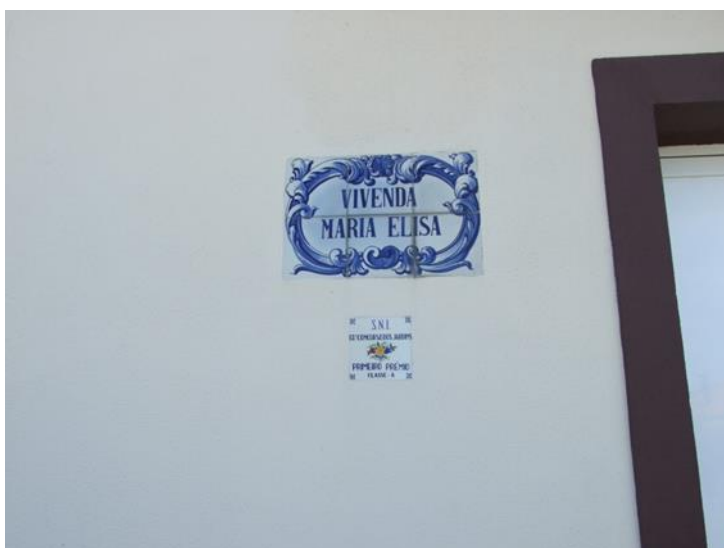
Iniciado em 1947, terá perdurado pelo menos até final da década seguinte, abrangendo, entre outros, os bairros económicos do Amial, Azenha, S. Roque da Lameira, Costa Cabral, e o bairro de Paranhos. A composição do júri é esclarecedora dos seus objectivos políticos: um representante da delegação do Secretariado, um delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência; mais adiante, passou também a incluir um delegado dos Serviços de Arboração e Jardinagem da edilidade portuense e um representante do campo das artes.

Os prémios eram monetários e a todos os galardoados era oferecido um azulejo indicando a edição do concurso, entidade promotora e a classificação obtida, que normalmente era colocado na parede frontal da habitação.

¹² Neste sentido, a *Campanha do Bom Gosto* foi um projecto esteticamente dogmático e politicamente orientado no sentido da manipulação ideológica e do conformismo social. Traduzia um programa político, de orientação musculada da arte e dos comportamentos, de inculcação de valores, e o Secretariado era o juiz, o árbitro que assegurava o cumprimento desse programa político, estético, ético.

¹³ Iniciativa anual que compreendia um conjunto de manifestações de carácter cultural e artístico, entre as quais se incluíam: conferências e recitais sobre assuntos de arte e cultura, a Exposição de Arte Moderna para os Artistas do Norte, concertos da Orquestra Sinfónica Nacional, sessões cinematográficas pelos cinemas ambulantes ou a festa anual da rádio estatal Emissora Nacional.

Figuras 6 e 7. Placas relativas a prémios do concurso dos jardins, Bairro de Casas Económicas de Paranhos



Convém recordar esta ideia estrutural – o concurso procurava continuar na cidade do Porto aquilo que Ferro tinha iniciado em Lisboa: a instauração de uma noção de bom gosto oficial, nacional, com o arranjo dos jardins dos bairros económicos a constituir mais uma manifestação “de carinho e de bom gosto que revelam [...] a preocupação espiritual de contribuir para o apuramento estético de uma obra comum” (*Diário do Norte*, 1949, p. 5). E outra, já referida, relativa aos seus objectivos políticos: promover a associação entre a casa, a família e a nação, num processo de naturalização das representações nacionalistas promovidas pelo regime, contínua, diariamente relembradas, consubstanciadas nos hábitos da vida social. Trata-se do nacionalismo banal, termo cunhado por Michael Billig, que nos diz que “national identity in established nations is remembered because it is embedded in routines of life, which constantly remind, or ‘flag’, nationhood” (1995, p. 38).

Neste sentido, desde cedo, o Estado Novo encarregou-se de propagandear a iniciativa dos bairros económicos.

Figura 8. Cartaz da União Nacional, 1939



Através da imprensa sob o seu controlo, que noticiou amplamente a construção e inauguração dos primeiros bairros no Porto, e mediante os seus organismos, como o Secretariado de Propaganda Nacional e a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, recorrendo a publicações, como o álbum fotográfico *Bairros de Casas Económicas*, editado pelo SPN em 1943, com fotografias de Domingos Alvão, ou a documentários: *Bairros Sociais*, de Mota da Costa (1943), *Quinze anos de Obras Públicas* (1948) e *Casas para Trabalhadores* (1950), ambos do ‘cineasta do regime’, António Lopes Ribeiro. Também nas exposições internacionais da década de 1930 em que Portugal participou (Paris, 1937, Nova York e S. Francisco, 1939), que se constituíam como grandes ‘montras’ do que de melhor cada nação tinha para apresentar, a iniciativa das casas económicas foi mostrada como uma bandeira do progresso trazido pelo regime (Almeida, 2010).

5. O Bairro Económico de Paranhos – passado e presente

A primeira pedra do Bairro Económico de Paranhos foi colocada em 1935¹⁴. Em quatro anos, a obra estava concluída. 150 casas, correspondentes à fase inicial de construção, o que constitui feito digno de menção. Era uma das ‘bandeiras’ do regime: a concretização expedita destes projectos, tirando partido de novas técnicas construtivas e da uniformidade (e pouca complexidade) das casas. O bairro foi implantado em terrenos privados, expropriados, num lugar onde sempre houve campos de lavoura, de que ainda há ‘impressão digital’, e ficou junto a uma das colónias operárias de construção camarária republicana, a Colónia Dr. Manuel Laranjeira; para quem aqui vivia, o bairro inaugurado em 1939 ficaria para sempre conhecido como “o bairro novo”.

Nesta primeira fase, as casas eram todas da classe A, casas térreas. A partir de 1940, ficaram disponíveis mais 30, 12 de classe A e 18 de classe B, de dois pisos e mais amplas, e foi construída a escola primária (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA], 2008b).

¹⁴ O autor do projecto foi o arquitecto Luís Amoroso Lopes, que trabalhou na Secção de Estudos e Projectos do regime entre 1937 e 1945, e ficou conhecido pela construção da cúpula do Panteão Nacional.

Figura 9. Ao fundo, a Escola Primária do Bairro de Casas Económicas de Paranhos



O projecto desta escola era de Rogério de Azevedo, responsável por grande parte dos edifícios escolares do Plano dos Centenários e colaborador activo do SPN, projectando três das primeiras Pousadas Regionais desse organismo. Concebeu-a num estilo nacionalista, com características regionais: o modelo Douro, em granito, com dois pisos e quatro salas¹⁵.

Os dois núcleos de casas do bairro estavam perfeitamente delimitados: as habitações de classe B estavam implantadas do outro lado da Rua Dr. Manuel Laranjeira, de forma a existir uma separação física relativamente às de classe A. Estas últimas foram agrupadas duas a duas, delimitadas por um jardim face aos arruamentos, com um logradouro na parte posterior e, para algumas, um alpendre na porta principal. Procurava-se, desta forma, reproduzir no espaço físico ocupado pelas moradias as diferenças sociais entre os seus moradores.

¹⁵ O Plano dos Centenários era um projecto de construção de escolas primárias em larga escala, realizado entre 1941 e 1969. Os projectos-tipo tinham sido elaborados por Raul Lino e Rogério de Azevedo em 1935, a pedido da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A ideia era a de serem construídos em harmonia com as características da arquitetura regional. Rogério de Azevedo desenvolveu seis tipos de edifícios escolares, destinados às regiões do Norte e Centro do país: Minho, Alto Minho, Douro, Beira Alta, Beira Litoral e Trás-os-Montes (Féteira, 2013).

Figuras 10 e 11. Casas de classe B (esq.) e A (dir.), Bairro de Casas Económicas de Paranhos



Todavia, a relativa coesão do bairro de Paranhos esbateu-se com a construção próxima de um outro bairro social, o Bairro do Outeiro, em 1960, resultante da primeira fase do Plano de Melhoramentos do Porto¹⁶. Um espaço muito diferente do de Paranhos, de habitação colectiva multifamiliar, construído para realojar as famílias que viviam em ilhas e bairros insalubres da cidade, composto por 11 blocos paralelos, de 4 pisos; como tal, todos os moradores dos bairros das redondezas o conheciam pelo nome que, na verdade, tecnicamente tinha: os “blocos”. Em décadas recentes, toda a zona ficou completamente alterada com a construção da Via de Cintura Interna (VCI), que ditou mesmo a mutilação da Colónia Dr. Manuel Laranjeira, com a demolição de parte significativa das casas e a deslocação dos seus moradores para outras áreas da cidade.

Paranhos foi sempre uma zona marcada pela ruralidade. Por pequenos cursos de água, hortas, pomares, casais, casas de lavoura e quintas. Foi este o cenário com que se depararam os primeiros moradores do bairro económico. Podemos ainda encontrar vestígios deste passado, nos fontanários existentes, na toponímia e nos vestígios das antigas quintas, como a de Lamas ou a do Covelo. Mas a freguesia rapidamente mudou: em 1959 ergueu-se o Hospital de S. João e em 1953 construiu-se a Faculdade de Economia, equipamentos que marcaram de forma indelével o desenvolvimento do lugar, que se urbanizou rapidamente para acomodar as necessidades entretanto surgidas, intensificadas com o crescimento do pólo universitário da Asprela. A zona onde se situa o Bairro é agora servida por duas vias rodoviárias estruturantes, em cota inferior, a VCI e, um pouco mais distante, a Estrada da Circunvalação. O Bairro deixou de estar numa zona periférica da cidade, passando a ocupar um lugar central e quase nevrálgico.

E terão sido estas acessibilidades, e os equipamentos sociais existentes no seu entorno, a constituir, na actualidade, fonte de atracção para novos moradores e de valorização das casas.

Se é certo que desde os anos 1960 começaram a surgir modificações – levantaram-se andares superiores em algumas casas, e muitos logradouros foram transformados em garagens – hoje é tudo muito mais acentuado. Deambular pelo Bairro mostra-nos a sua metamorfose, e o surgimento, progressivo, de uma nova realidade. Ao lado de casas em avançado estado de degradação coexistem outras (normalmente de classe A) em que os logradouros foram sendo ocupados, de forma espontânea, desorganizada, por construções anexas, cuja intenção era expandir as originais áreas habitáveis das casas, muito reduzidas para os padrões contemporâneos; junto a estas encontramos edifícios que foram alvo de pequenas remodelações, e outros – que parecem ser agora o exemplo dominante no Bairro – que foram quase construídos de raiz: ou com ampliações profundas, pela construção em altura (de casas térreas a habitações de dois pisos) ou pela junção de duas casas térreas e sua conversão numa única moradia (Oliveira, 2019).

¹⁶ Instituído pelo Decreto-Lei nº 40 616, de 28 de Maio de 1956.

Figuras 12 e 13. Casas na actualidade no Bairro de Paranhos



Renova-se o Bairro e mudam os moradores. Sobre este assunto, teremos de especular, mas servimo-nos do que está a acontecer noutros núcleos deste género, em particular na capital, nos bairros de Madredeus, de Santa Cruz de Benfica, de Caselas ou da Encarnação: à medida que os primeiros moradores foram morrendo, as casas foram sendo vendidas, muitas vezes a casais jovens, atraídos pelas acessibilidades e por um ambiente calmo e, em alguns casos, ainda familiar (Público, 2005). Cremos que o mesmo poderá estar a acontecer na cidade do Porto.

As mudanças têm os seus custos: o Bairro de Paranhos vai perdendo, como outros, a sua estética original e identidade inicial, a sua unidade urbanística, fruto da necessidade de individualização de cada proprietário, reflectida em pinturas de fachadas com cores variadas, portões de vários tipos que separam cada moradia, etc. O impacto é significativo e a descaracterização também. Em especial porque este Bairro, como grande parte dos bairros económicos do Porto a que nos vimos referindo, não está classificado como património material (seja ele de interesse público ou municipal) e, portanto, não está protegido em termos urbanísticos¹⁷. Também a perda de memória parece ser uma inevitabilidade: hoje já ninguém fala do ‘bairro novo’ ou, sequer, presente a ligação que havia com os outros núcleos: a ‘colónia’, as ‘casas dos comboios’, ou a própria triste expressão que falava das ‘casas dos pobres’; da mesma forma, poucos saberão o significado das placas fixadas na fachada de algumas casas, respeitantes aos concursos do Secretariado.

6. Conclusão

A memória da cidade do Porto está intimamente ligada à memória dos seus núcleos constituintes, memória espacial, material, mas também humana, social, isto é, uma memória afectiva. Tentámos traçar o quadro evolutivo de uma forma de habitar e de viver que marcou grande parte do século XX: a dos bairros económicos, que começavam por sê-lo logo na localização, afastados do centro urbano. Hoje, quando deles falamos, referimo-nos a lugares completamente inseridos na malha urbana. Lugares que perderam o contexto rural que marcou o seu nascimento, e a sua concepção inicial, de cidade-jardim, adequada a esse contexto espacial. Visível no modelo arquitetónico adotado, de casas unifamiliares, num estilo vernacular, inspirado na *architettura minore* do Lácio, como parece ser consensual entre os diferentes investigadores que se têm dedicado a este tema.

É muito difícil falar de conclusão, ou conclusões, neste texto. Nesta altura, são muito mais as reflexões e, sobretudo, as questões que ficam em aberto, do que desfechos de uma análise que, no nosso entender, permanece, em grande parte, por cumprir. Ainda assim, pensamos que ficou bem clara a ideia da difícil ‘convivência’ entre as alterações urbanas no Porto (compreensíveis numa lógica de evolução das cidades),

¹⁷ O único que goza de alguma protecção é o bairro de António Aroso, que está parcialmente incluído na Zona Especial de Protecção da Casa de Manoel de Oliveira (SIPA, 2008a).

que revelam novos modelos, práticas e vivências sociais (que, logicamente, abrangem os bairros), e a ‘permanência’ do bairro como elemento patrimonial e de memória. Tão difícil, que, no nosso entendimento, os bairros económicos devem ser colocados no conjunto dos patrimónios em risco. E isso deve-se, fundamentalmente, a duas ordens de fatores.

Em primeiro lugar, é ponto assente que estes bairros foram manifestações do contexto político e económico do tempo em que foram edificados, do Estado Novo, espelhando uma estética nacionalista e tradicionalista, onde se procurava representar um modo de vida campesino num espaço urbano. Sem surpresa, encontraram inspiração em idênticos projectos realizados em Itália, ou na Alemanha, que ‘assentavam como uma luva’ nos princípios estadonovistas, de promoção do viver saudável da ruralidade. E, tal como nestes países, sabemos que foram instrumentos de controlo social. Maneira de assegurar o indispensável consenso em torno do regime, neste caso, o apoio das classes médias, a quem as casas económicas se destinavam. Nesse sentido, essa associação a esta memória política – ao Estado Novo – constitui, por si só, um factor de risco para a subsistência patrimonial dos bairros.

Em segundo lugar, o tempo e a expansão da cidade trouxeram mudanças aos bairros. Perdeu-se a sociabilidade – nem sempre pacífica ou cordial, mas aquela em que todos sabiam quem era quem –, perdeu-se um ritmo de vida muito particular, perderam-se as características fisionómicas dos bairros. Podemos interrogar-nos se os bairros – estes bairros em concreto – conseguem ‘escapar’ às exigências, aos modelos, da vida moderna (sobretudo quando pensamos nos seus novos habitantes), que, insistimos, lhes mudam a fisionomia e estrutura. Em boa verdade, todo o seu sentido foi alterado com essas mudanças. Desde logo, o manifesto valor patrimonial arquitetónico. Mas também, ou sobretudo, o seu sentido de história, de passado, de memória, que se perde a cada dia. Perante a visível degradação e descontinuidade da imagem característica destes bairros, e do de Paranhos em particular, importa pensar em formas de preservar a sua memória, morfologia e lugar na cidade. É um trabalho a fazer-se já.

Referências

- Acciaiuoli, M. (2008). O duplo jogo da arte e do poder. In M. Acciaiuoli, J. C. Leal & M. H. Maia (Coords.), *Arte e poder* (pp.13-24). Instituto de História de Arte/Estudos de Arte Contemporânea.
- Alcântara, M. F. (2018). *Gentrificação*. FFLch, Enciclopédia de Antropologia. <https://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>
- Almeida, P. (2010). *Favor, recompensa e controlo social: os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*. [Dissertação de Mestrado em História Contemporânea não publicada]. Universidade do Porto.
- Almeida, P. (2011). Bairros Económicos do Porto: a casa como arma política. In C. Santos (Coord.), *Família, espaço e património* (pp. 503-518). CITCEM.
- Billig, M. (1995). *Banal nationalism*. Sage Publications.
- Bodenschatz, H. (2017). Public housing in fascist Rome: a European perspective. *Journal of Architectural Culture*, 8, 97-111.
- Cardoso, V. (2009). Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico. In *Cadernos. Curso de Doutoramento em Geografia* (pp. 33-65). Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Concurso dos Jardins dos Bairros Económicos (1947). *Diário de Notícias*, 12-05-1947.
- Decreto-Lei nº 23 052 (1933). Diário do Governo, nº 217, I Série de 23-09-1933. <https://dre.pt/application/conteudo/330459>
- Decreto-Lei nº 33 278 (1943). Diário do Governo, nº 256, I Série de 24-11-1943. <https://dre.pt/application/conteudo/405974>
- Ferreira, C. H. (2012). Projectar a Cidade entre Bairros. Lisboa, um Projecto de Cidade. In M. M. Mendes, T. Sá & C. H. (Coords.), *A cidade entre bairros* (pp. 47-63). Caleidoscópio.
- Ferro, A. (1938). A fachada. *Diário de Notícias*, 18-10-1938.
- Ferro, A. (1943). *Dez anos de política do espírito: 1933-1943*. SPN.
- Féteira, J. P. F. (2013). *Plano dos centenários – As escolas primárias (1941 – 1956)*. [Dissertação de Mestrado em História Contemporânea não publicada]. Universidade Nova de Lisboa.

- Glendinning, M. (2021). *Mass housing. Modern architecture and statepower - A global History*. Bloomsbury Visual Arts.
- Matos, F. L. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto. 1901-1956. *Análise Social*, XXIX(127), 677-695.
- Nicolau, J. (2012). Narrativas de Bairro numa cidade em mudança: o Bairro como catalisador de urbanidade da cidade. In M. M. Mendes, T. Sá & C. H. (Coords.), *A cidade entre bairros* (pp. 33-44). Caleidoscópio.
- Novos proprietários revitalizam antigos bairros económicos de Lisboa (2005). *Público*, 20-03-2005. <https://www.publico.pt/2005/03/20/jornal/novos-proprietarios-revitalizam--antigos-bairros-economicos-de-lisboa-12027>
- Oliveira, J. (2019). *Habitar flexível: a casa do bairro económico - campo de estudos de módulos compactos e multifuncionais*. [Dissertação de Mestrado em Design de Interiores, não publicada]. ESAD - Escola Superior de Artes e Design.
- Pereira, V. B., Queirós, J., Silva, S. D., & Lemos, T. C (2018). Casas económicas e casas desmontáveis: génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo. In R. C. Agarez (Coord.), *Habitação. Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018* (pp. 83-117). Imprensa Nacional, C.M.
- Ribeiro, C. (2014). *Imagens e representações de Portugal. António Ferro e a elaboração identitária da nação*. [Tese de Doutoramento em História não publicada]. Universidade do Porto.
- Ribeiro, C. (2017). A educação estética da Nação e a “Campanha do Bom Gosto” de António Ferro (1940-1949). *Estudos Ibero-Americanos*, 43(2), 289-302.
- Ronda das ‘Pequenas Cidades’ do Porto (1949). *Diário do Norte*, 10-12-1949.
- Rosas, F. (1995). *Portugal entre a paz e a guerra 1939-1945*. Estampa.
- Santos, P. B., & Brito, J. M. B. (2019). Corporativismo e habitação económica em meio urbano em Portugal (1933-1974). In R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira & S. D. Silva (Coords.), *Contexto programa projeto: Arquitetura e políticas públicas de habitação* (pp. 35-54). UP/FAUP.
- Silva, S. D., & Ramos, R. J. G (2015). Housing, nationalism and social control: the first years of the Portuguese Estado Novo's affordable houses programme. In J. C. Leal, M. H. Maia & B. Farré Torras (Eds), *Southern modernisms: from A to Z and back again* (pp. 257-276). CESAP/CEAA e IHA/FCSH-UNL.
- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) (2008a). *Bairro de Casas Económicas de António Aroso/Bairro António Aroso* http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5434
- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) (2008b). *Bairro de Casas Económicas de Paranhos/Bairro de Paranhos* http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26848.